

ARTIGO DE OPINIÃO: UMA ANÁLISE ARGUMENTATIVA NO CONTEXTO ESCOLAR COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

José George Pachêco de Araújo¹

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar o gênero artigo de opinião no contexto escolar com alunos dos dois últimos anos do ensino médio das escolas públicas que participaram da Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro - no ano de 2012. Esta análise irá servir de base para orientar e solucionar problemas enfrentados por alunos que passam por dificuldades no ato de produção de textos argumentativos, em especial no gênero do artigo de opinião, que exige deles uma prática de leitura mais consistente de sua realidade e de seu cotidiano para poder expressar suas opiniões sobre uma determinada situação-problema em sua comunidade.

Pensando na importância e na assiduidade do uso desta sequência textual foi o que me motivou a propor uma análise argumentativa com a finalidade de esclarecer e elucidar ainda mais a evidência deste tipo de texto no contexto escolar com alunos do Ensino Médio. O texto argumentativo tem suas particularidades e especificidades no tocante sua produção, e neste sentido, faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre os elementos de coesão, coerência e os usos dos conectores para construção do texto argumentativo proposto no presente trabalho de pesquisa e sendo assim, buscar sanar as dúvidas e dificuldades para sua utilização nos bancos escolares da rede pública servindo de base preparatória para o novo ENEM e em especial para a Olimpíada da Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro - que ocorre de dois em dois anos nas escolas públicas de todo o Brasil.

Temos consciência que a linguagem humana hoje é estudada não apenas por sua finalidade comunicativa, pois o ato da comunicação está associado, segundo alguns teóricos, a algo mais específico da língua: o ato de argumentar, ou seja, opinar sobre determinado tema ou assunto. Por isso, faz-se necessário teorizar neste artigo um estudo que apresenta as características básicas da argumentação, tendo como embasamento

¹ Graduado em Letras pela UFRN, professor de Língua Portuguesa e Língua Inglesa lotado na SEEC/RN. Cursista do Curso de Especialização da FACISA/UFRN em Santa Cruz. E-mail: j-georgepa@hotmail.com ou professorgorgearaujo@gmail.com.

teórico os autores Othom M. Garcia, Adilson Citelli, Luiz Antonio Marcuschi e Ingodore Koch, que procura identificar essas características em diferentes gêneros textuais, para demonstrar que a argumentação é ato inerente à língua, independente do suporte que a mesma se utiliza. Para isso, analisaremos vários textos do gênero artigo de opinião produzido nas escolas públicas do nosso país e procuraremos identificar em cada um deles as estratégias argumentativas encontradas, mostrando que, com menor ou maior grau de intencionalidade, qualquer discurso está isento do mito da neutralidade, como afirma Koch (2004).

O processo de produção de textos argumentativos exige do escritor competências e habilidades específicas de leitura, compreensão textual e escrita. Sendo assim, faz necessário que o escritor possa estar familiarizado com os diversos conteúdos do senso comum, do mundo da informação e do universo científico por meio de leituras diversificadas.

O hábito diário de leituras múltiplas de cunho jornalístico em jornais e revistas impressos poderá contribuir positivamente na melhor compreensão deste tipo de gênero discursivo para um desempenho satisfatório numa produção argumentativa mais eficaz e elucidativa da situação-problema abordada nos textos produzidos pelos alunos em sala de aula em escolas públicas dos últimos anos do Ensino Médio.

1. Teorizando a argumentação

Os estudos linguísticos sobre argumentação não são atuais. Desde a Grécia Antiga já existia a preocupação com o domínio da oralidade, afinal os gregos participavam de um regime democrático em que suas ideias teriam que ser expostas publicamente para serem aceitas ou não. Mas no que diz respeito a essas técnicas, ou ao que preferimos chamar de estratégias, Citelli (2004) explica que, em qualquer texto, busca-se o convencimento, objetiva-se os efeitos pragmáticos da linguagem. Isto é ressalta-se a capacidade que as palavras têm de influenciar as pessoas e suas atitudes. Seguindo esse raciocínio entendemos que a argumentação está na língua não importando qual meio as pessoas usem-na para se comunicarem, pois em todo texto há uma carga ideológica, mesmo que o locutor ainda não tenha plena consciência disso. Citelli (1997) critica em seu livro o mito da neutralidade jornalística que é usado para mascarar o poder persuasivo dos noticiários de uma revista ou jornal que, tentando passar uma imagem de respeitabilidade junto aos seus leitores, se diz informativo e não argumentativo.

Isso porque, a persuasão é relacionada a alguns qualificativos como fraude, engodo e mentira. Mas como diz o próprio autor: “Generalizando um pouco é possível afirmar que o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo.” (1997, p. 6) Portanto, concordando com o que diz o autor, afirmamos que não se pode fugir da realidade de que, com menor ou maior grau de intencionalidade, persuadir faz parte da linguagem humana. Sem contar que, o próprio slogan da revista citada pelo autor, que se disse informativa e não persuasiva, já nos quer tentar convencer de sua integridade, o que nos permite constatar esse poder argumentativo que a língua traz em si mesma.

Poderemos fazer aqui a comparação entre três discursos, dividindo-os em modos organizacionais. Dessa forma, temos por Citelli (1997) o *discurso lúdico* que toma forma mais democrática com menor grau de persuasão, quase sem a presença de imperativos e sem uma verdade única e acabada; o *discurso polêmico*, que atrai uma atmosfera de instigação com argumentos que podem ser contestados; e o *discurso autoritário* que não permite questionamentos. Para chegar a essas caracterizações, o autor analisa quatro quesitos, a saber: primeiro à distância (atitude do sujeito falante face ao seu enunciado); segundo a modalização (modo de construção do enunciado); terceiro a tensão (relação que se estabelece entre locutor e interlocutor) e último à transparência (grau de opacidade e ou transparência do enunciado).

Essas modalidades servirão mais tarde para a nossa análise de comparação dos gêneros textuais selecionados, nos quais iremos apontar essas e outras características argumentativas. No entanto, para não só fazermos a análise do tipo de discurso utilizado faz-se necessário falar também da estrutura do texto argumentativo na qual se destaca o autor Othon M. Garcia, que define assim a argumentação: “Convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente. (2000, p.380)”.

Para Othon (2000), o ato de argumentar está intimamente relacionado à consistência dos fatos. Sendo assim ele estabelece condições para que haja argumentação nos textos orais ou escritos, tendo a mesma que se basear na lógica e não no que ele chama de “juízos de simples inspeção” que são os preconceitos, superstições ou generalizações apressadas. Além disso, o xingamento, a ironia, o sarcasmo, por mais brilhante que pareçam e por mais que consigam desequilibrar o oponente, já mais devem ser considerados como elementos argumentativos, pois fogem à consistência dos fatos,

tendendo simplesmente a um comportamento falacioso, comprovando nada menos que a falta de argumentos.

Para se obter tais condições, um texto argumentativo nos são apresentadas de uma forma tão criteriosa por Garcia, que parece estarmos tratando de uma linguagem judicial. Vemos isso quando ele explicita que para que os argumentos sejam claros, necessitam de evidência, uma vez considerada por Descartes como o critério da verdade, ou “certeza manifesta que se chega pelo raciocínio ou pela apresentação de fatos”. Essas evidências se manifestam num texto argumentativo através de fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos e testemunhos, os quais para o autor são de fundamental importância para dar credibilidade a um discurso que se diz argumentativo, elevando a consistência do texto.

Além das evidências, o texto argumentativo é também composto de uma estrutura que o identifica como tal. Essa estrutura é colocada por Garcia (2000) sob dois aspectos: o da argumentação informal e o da argumentação formal, ambas compostas por quatro estágios.

Os estágios da argumentação informal que compõem a estrutura do texto são: a proposição, a concordância parcial, a contestação, e a conclusão. Já na argumentação formal, temos: a proposição, a análise da proposição, a formulação dos argumentos e a conclusão. Assim, entendemos que o que difere a argumentação formal da informal são, principalmente, os estágios da concordância parcial e análise da proposição. Enquanto esta aparece num texto de argumentação formal conceituando elementos da proposição, aquela aparece na argumentação informal apresentando “os dois lados da moeda” em relação à proposição, opondo-se à argumentação formal na qual a tese deve ser bem definida e inconfundível quanto ao que nega ou afirma.

Então, vimos à estrutura básica de um texto argumentativo, mas convém lembrar que argumentar implica, segundo Garcia (2000), divergência, portanto não se pode argumentar sobre verdades universais, como por exemplo, o fato de o homem ser um ser vivo; e ainda convém ressaltar que o assunto a ser abordado deve ser específico, pois para o autor, argumentar sobre generalidades seria quase impossível.

Salientamos que estamos sempre colocando a linguagem à disposição dos nossos ideais, da nossa cultura, do que achamos que é verdade, já que somos seres dotados de vontades e formamos a todo instante juízo de valor sobre as coisas. Como podemos ver: “É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo

e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo”. (Koch, 2004: 17).

Koch (2004) ainda ressalta que, se admitimos essa teoria, nos permitimos pensar que a distinção feita tradicionalmente entre argumentação e dissertação, tendo esta a função de expor ideias alheias imparcialmente, desaparece já que a própria seleção das ideias a serem reproduzidas implica uma opção. Segundo a autora, nos textos descritivos e narrativos também se faz presente a argumentação, mesmo que em menor grau.

Ao falarmos da estrutura do texto argumentativo e suas condições, não usamos o termo persuadir e sim, convencer, isso porque, para o autor que as descrevia, o conceito de argumentação está relacionado aos princípios da lógica. Sobre isso Koch (2004) cita Perelman (1970) para fazer certa distinção entre os termos persuadir e convencer.

2. Teorizando sobre gêneros

São inúmeros os gêneros textuais que circulam na sociedade dos dias de hoje. Quase incontáveis, já que são produtos do cotidiano e suscetível a mudanças e adaptações conforme a necessidade de uso dos interlocutores. Já os tipos de textos são limitados quanto ao seu número e não partem de experiências sociais, estando mais ligados à forma. Koch (2003) afirma que a competência sociocomunicativa do falante/ouvinte é que o conduz a distinção dos gêneros e, consequentemente, a sua competência textual permite-lhe saber quais sequências predominam em um texto para classificar o seu tipo. Há então uma capacidade meta-textual, segundo ela, que provém do contato quotidiano do sujeito com os textos. Obviamente, os falantes/ouvintes da língua têm a todo instante contato com algum texto, seja ele numa linguagem verbal ou não-verbal. Portanto, entendemos que tendo este contato todos eles desenvolvem certa capacidade de diferenciação entre um texto e outro por algumas características próprias de cada texto. Essas características próprias, sendo elas o veículo da comunicação, a linguagem utilizada, entre outras, é que vão levar o falante/ouvinte, ao deparar-se com diferentes textos, a saber, que não se trata de textos do mesmo gênero, mesmo que talvez ele não saiba ainda a definição do que é um gênero textual. Para Marcuschi:

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (Marcuschi, 2005: 22-23)

Dessa forma, os gêneros estabilizam as atividades comunicativas do nosso dia-a-dia, embora não sejam uma materialização textual inflexível, sendo entidades sóciodiscursivas dinâmicas, segundo o autor. Provavelmente, por conta dessa flexibilidade é que os gêneros sejam de difícil definição formal, pois não se caracterizam por particularidades linguísticas e sim cognitivas e institucionais.

O grande número de gêneros possibilita uma maior variedade linguística a circular na sociedade e ajuda a desfazer o abismo ainda existente entre a oralidade e a escrita, suscitando um hibridismo que “[...] inviabiliza de forma definitiva a velha visão dicotômica ainda presente em muitos manuais de ensino de língua”. (Marcuschi, 2005:21).

3. Uma análise do corpus argumentativo:

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (Marcuschi, 2005: 22)

Numa análise inicial do corpus desta pesquisa, vimos que, em geral, a versão final do texto retrata a dificuldade de os alunos lidarem com o texto argumentativo. Essa dificuldade vai desde a falta de traquejo com o tema, passa pela não-adequação do texto à proposta e chega à dificuldade mesma de se posicionar, de apresentar uma tese e de buscar argumentos que a sustente.

Nessa análise, uma característica recorrente ficou em evidência: em média, cerca de 50% da extensão dos textos é preenchido por sequências expositivas, contexto em que o estudante apresenta ao leitor informações relativas ao assunto em discussão, retiradas dos textos estudados em sala de aula. Ou seja, não há, nesses casos, o posicionamento explícito do produtor do texto, como ocorre no interior das sequências argumentativas – que, em geral, são predominantes em textos de opinião. Os professores do último ano do Ensino Médio puderam proporcionar aos seus alunos uma oportunidade diferenciada de participação na vida pública ao trabalhar com os artigos de opinião.

Muitas foram as competências que os alunos autores desenvolveram com a ajuda de seus professores: observar o lugar onde vivem, identificar uma questão polêmica relevante,

sobre a qual não existe consenso, tomar conhecimento do que já foi dito a respeito dela, reconhecer e usar diferentes tipos de argumento.

Perceberam que para convencer o leitor, mais do que empolgação, é preciso buscar os melhores caminhos para negociar com os opositores e escolher as palavras mais adequadas. Dessa forma, construíram a sua posição diante da polêmica, elaborando-a em um texto. O estudo desse gênero textual em sala de aula tornou-se um caminho especial para o ensino de língua portuguesa.

Foram produzidos muitos textos pelos estudantes que participaram da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. Contudo o ciclo da produção escrita só se completa quando a voz do autor é ouvida, encontrando interlocutores. Ler esses textos permite compor um retrato das questões polêmicas que preocupam os jovens de diversos lugares do Brasil e afetam suas comunidades. São evidentes o entusiasmo e a seriedade com que realizaram esse trabalho, e certamente você será contagiado por eles.

4. Teorizando o artigo de opinião

O artigo de opinião pretende de início informar o leitor sobre algo relacionado a uma situação-problema vivenciado numa determinada comunidade ou grupo social. No entanto, notamos que nesse tipo de texto, especialmente quando se tratar de temas polêmicos, o pesquisador usará provavelmente estratégias de argumentação para convencer o leitor de seus argumentos.

Argumentar é uma ação verbal na qual se utiliza a oral ou escrita para defender uma tese, ou seja, uma opinião, uma posição, um ponto de vista particular a respeito de determinado fato. Quem argumenta, como a própria palavra sugere, se vale de argumentos, que nada mais são que razões, verdades, fatos, virtudes e valores (éticos, estéticos, emocional) tão amplamente reconhecidos que, justamente pro isso, servem de alicerce para a tese defendida. (Cenpec, 2010, p.38)

O artigo de opinião pode ser publicado em jornais, revistas ou na internet. E é assinado por um articulista que, pode ser um jornalista profissional ou não, normalmente é uma autoridade no assunto ou uma “personalidade” cujas posições sobre questões debatidas publicamente interessem a muitos. Ao escrever seu artigo, o articulista toma determinado acontecimento, ou o que já foi dito a seu respeito, como objeto de crítica, de

questionamento e até de concordância para formular seu ponto de vista inserindo-o na história e no contexto social. (Cenpec, 2010, p. 19)

Os artigos de opinião analisados, em geral, estão bem estruturados, assentados em informações que demandaram pesquisa, e são consistentes.

5. Análise dos Artigos de opinião publicados no caderno dos finalistas da Olímpiadas de Língua Portuguesa em 2012



Figura 1 – Capa do caderno dos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2012

Sumário Artigo de opinião	206 Cafezais: a polêmica troca dos colhedores pelas colhedoras <small>Carla Mylene Santos Vasconcelos</small> 208 Capital ecológica não é lixo! <small>Anny Thaíse Fogaca</small> 210 Comodidade ou consumo consciente? <small>Ana Paula Nunes da Silva</small> 212 Construção de presídios: gera polêmica <small>Keila Góes</small> 214 Esgoto sanitário: saúde e preservação <small>Kelly Cristina Lobão da Costa</small> 216 Habitantes do mesmo habitat <small>Daniel Félix Valschl</small> 218 Lobos desfilarão de cordeiros <small>Marciá Santiago dos Santos</small> 220 Modernização à custa de desfavorecimento ou apenas organização visando à modernização? <small>Wellington Mota Gama</small> 222 O problema que ofusca o brilho <small>Thairiny Cristiane Ribeiro</small> 224 Sacolas descartáveis, vidas descartadas <small>Débora Rodrigues Mesquita</small> 226 Será a volta do Eldorado guiratinguense? <small>Renata Gaspar da Silva</small> 228 Velho Chico, progresso da região e esperança do povo <small>Caroene de Lima Araújo</small> 230 Energia limpa <small>Patrícia Talita Pedroso</small> 232 O casamento dos Xokó com os não índios <small>Nalane Acácio Bezerra Lima</small> 234 A transposição do rio São Francisco: sonho ou pesadelo? <small>Hildegna Moura da Costa</small> 236 Por água abaixo <small>Evertton José de Sousa</small> 238 Um toque para um futuro melhor <small>Kalebe dos Anjos Amaral</small> 240 Destrução de um patrimônio ou criação de uma nova história? <small>Ederaldo Silva Leandro</small> 242 Agrotóxico: um mal com o qual ainda convivemos <small>Jacqueline da Silva Machado</small>	244 Acquário faraônico <small>Victor Santos Candeira</small> 246 Paraiso, em busca da sustentabilidade <small>Francielli Rosa Dias</small> 248 Munim, entre a vida e a morte <small>Lucia da Cunha Belo Gomes</small> 250 Festas: diversão versus indígena <small>Mayara Martins Pereira</small> 252 Eucalípto: progresso ou retrocesso? <small>Maria da Conceição Fonseca Barros</small> 254 Trânsito e qualidade de vida: é possível conciliar? <small>Paula Cristine Hungerbühler</small> 256 Futuro é mineração em um só horizonte <small>Ganessa Cristina de Melo</small> 258 Desenvolvimento? <small>Rossana Dias Costa</small> 260 Vale a pena vender a saúde? <small>Jessica Aparecida Paulino</small> 262 Quais as melhores maneiras de resolver o problema do destino do lixo em Picuí? <small>Izabel da Silva Rodrigues</small> 264 Quem é o verdadeiro culpado? <small>Graziela Rodrigues Lucas</small> 266 Agroquímicos: uma reflexão <small>Elisama Miller Rodrigues Oliveira</small> 268 Privatização ou privação de direitos? <small>Renata Souza Isaias</small> 270 “Caraguatatuba a todo gás” <small>Rosângela Santana Aronca</small> 272 Rodoanel: progresso versus natureza <small>Lucas Bezerra dos Santos</small> 274 Acolher é proteger? <small>Jessica Fernanda Nascimento Passos</small> 276 A violência adentrou os muros de nossas escolas. E agora? <small>Adriana Góes Albuquerque de Souza</small> 278 Enquanto luzes se acendem, o brilho da natureza se apaga <small>Nayara do Nascimento Góes</small> 280 Caldas Novas que os turistas não veem <small>Bianca Souza Soares</small> 282 Entre o tradicional e o moderno <small>Jessica Borges Viana</small>
--	---	--

Figura 2 – Artigo de opinião dos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa 2012

Analisando os artigos de opinião dos alunos finalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa das escolas públicas do Brasil edição 2012 e publicados no sítio oficial www.escrevendoofuturo.org.br podemos verificar a grande diversidade temática abordada em cada composição dos artigos de opinião nas diversas escolas das regiões do Brasil, isso mostra que o nosso país tem uma grande dimensão territorial e em cada esfera federativa do nosso país tem problemas distintos em cada localidade na qual foi produzido os artigos de opinião.

Conforme a **Figura 2** os temas abordados pelos alunos dos dois últimos anos do ensino médio das escolas públicas são muito diversificados e de caráter social, ambiental, econômico e de interesse da população. Ao observar o lugar onde vivem, os alunos puderam identificar uma questão polêmica relevante de sua comunidade que pudesse ser tema de discussão entre os habitantes daquela localidade.

Antes mesmo de produzir o artigo de opinião, os alunos participaram das oficinas da Olimpíada de Língua Portuguesa, que apresentava o gênero textual, os objetivos deste gênero, a estrutura composicional (organização do texto), as estratégias argumentativas, seus posicionamentos de aceitação ou refutação sobre o assunto em questão. Após esta etapa expositiva sobre o artigo de opinião, os alunos produziram sua primeira tentativa de texto argumentativo.

Na maioria dos artigos de opinião redigidos pelos alunos na Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro eles introduzem seus argumentos com uma descrição do lugar onde vivem ou do ambiente onde estão ocorrendo a polêmica, uma forma de expressar a sua marca de subjetividade “a cidade onde moro tem belíssimas paisagens, cercada por seus verdes e exuberantes campos inundáveis”, “Picuí, situada no interior paraibano, é uma cidade muito bela e repleta de história, cultura e diversão. Tenho muito orgulho de viver aqui.” Nestas duas descrições fica claro o apego destes alunos por suas origens e por esse motivo argumentam em relação suas preocupações em torno da problemática vivenciado por sua terra natal.

A análise da amostra revelou, antes de mais nada, que os alunos-autores têm posição própria em relação a questões de natureza social e entendem perfeitamente que o artigo de opinião é um gênero adequado para divulgá-la. E isso, deve-se com certeza ao trabalho de preparação que o professor orientador desenvolveu em sala de aula. Vale salientar ainda que tanto os assuntos que os alunos elegeram quanto o grau de

envolvimento pessoal que os textos revelam ao tratá-los indicam que a escolha desse gênero para a faixa etária foi muito acertada. Em outras palavras, nota-se claramente que os alunos gostam de opinar – e por escrito. Portanto, dão mostras de interesse pelo debate e de apreço à argumentação.

No entanto, as condições de produção e as regras do jogo argumentativo, no artigo de opinião, ainda não se mostram firmemente estabelecidas: na grande maioria dos textos, a polêmica de fundo não está formulado de modo claro e adequado, o que não favorece que a opinião se fundamente em argumentos, no contexto de um debate.

Para tratar deste ponto, é preciso entender que diferença há entre, de um lado, eleger uma questão, *potencialmente polêmica*, para emitir uma opinião genérica e, de outro, explicitar para o leitor as várias faces de uma polêmica e tomar posição a favor de uma delas, baseando-se em argumentos consistentes – o que supõe, inclusive, considerar o argumento dos opositores para analisá-los e rebatê-los. Aí está uma diferença que é essencial levar o aluno a perceber para escrever seus *artigos de opinião*.

Vejamos alguns exemplos rápidos: a presença de uma empresa poluidora na cidade, a ausência de oportunidades de trabalho na região, uma nova medida que proíba os bares de permanecerem abertos na madrugada, o abuso sexual contra crianças e jovens, a segurança e a violência nos grandes centros urbanos são todos temas de natureza social, cuja discussão afeta o coletivo. Mas, assim formulados, ainda não são polêmicos. A polêmica se instala quando pelo menos duas posições opostas sobre um *aspecto* do tema se confrontam: vale a pena assumir o ônus da poluição da cidade para obter mais desenvolvimento? As medidas tomadas pelas autoridades locais estão sendo eficazes para gerar empregos na região? O fechamento dos bares na madrugada diminui a violência entre os cidadãos? Crianças e jovens vítimas de abuso sexual devem ser obrigados a depor contra os criminosos na polícia? O aumento da violência nos grandes centros urbanos é uma consequência direta das enormes desigualdades sociais que existem na região?

Como se vê, é preciso primeiro fazer o recorte de um aspecto do problema, considerando que outros aspectos do mesmo problema também poderiam ser transformados em polêmica. Depois, é a vez de enunciar a polêmica na forma de uma pergunta cuja resposta só possa ser *sim* ou *não*.

Na verdade, de 60% a 70% da amostra é composta de bons textos, com posições claramente assumidas, como muitos dos textos opinativos que circulam em jornais, em revistas e na mídia eletrônica. Mas ainda não se configuram como *artigos de opinião*

típicos, pois buscam mais realizar uma *denúncia* do que *analisar* ou *refletir* sobre um tema polêmico. Precisam, então, ganhar um pouco mais de “jogo de cintura” para entrarem de uma vez no jogo. Vejamos como.

Os textos geralmente partem de uma situação local que provoca a indignação do autor. Para apresentá-la, os alunos-autores realizam o seguinte percurso: oferecem ao leitor, primeiro, uma descrição da cidade, suas características principais, peculiaridades, belezas inigualáveis, vantagens geográficas, atrações culturais etc. Em seguida, expõem os fatos ligados à situação local que provocam indignação, dificuldade, problema, transtorno ou injustiça para os moradores, assumindo de antemão uma posição com relação a situação, pela escolha de palavras e expressões avaliativas. Para mostrar que têm razão, eles passam, então, a apontar as difíceis consequências para os moradores, os relatos particulares, os casos pessoais e uma ou outra voz discordante, de forma muito genérica. As *sequências textuais* mais utilizadas são as descriptivas e narrativas, e não argumentativas, como seria de se esperar em um *artigo de opinião*.

Outro aspecto predominante importante: ao se posicionar explicitamente, os alunos-autores expressaram sua opinião não em relação à *natureza* do problema, mas em relação ao que *deveria ser feito* para solucioná-lo.

Neste sentido, é possível dizer que formulações como “*deve-se fazer x*” foram muito mais frequentes do que as do tipo “*x acontece porque y*”, mais esperadas em gêneros argumentativos.

Ora, onde ficam a polêmica, a questão controversa, a reflexão e a análise das diferentes motivações, razões e necessidades, a utilização de diferentes tipos de argumentos para defender um dos pontos de vista, a apresentação e a refutação de vozes discordantes? Ficam, como veremos, a cargo do leitor, que deve se esforçar para adivinhar esses movimentos do texto.

Outro aspecto que vale a pena considerar no texto analisado – e que também foi recorrente na amostra – é a ausência de conectivos e expressões que introduzem argumentos (“pois”, “porque”, “uma vez que” etc.) e conclusões (“portanto”, “logo”, “então”, “assim” etc.). O papel destes conectivos é exatamente o de *guiar* o leitor, indicar a direção que o texto vai assumir e, ao mesmo tempo, ir amarrando as várias ideias, as pontas que foram ficando soltas na reflexão.

Para concluir o texto, os alunos-autores comumente fizeram uma espécie de chamamento ou convocação para que as autoridades, o governo, os responsáveis, alguém,

enfim, tome providências, proponha uma medida, resolva a situação, acabe com o problema, proondo, muitas vezes, uma solução genérica e quase utópica.

5. Conclusão

Partindo do pressuposto teórico apresentado no presente trabalho, podemos concluir que toda ação linguística no texto contém traços argumentativos e que toda forma de comunicação se dá através de algum gênero textual através da interação no contexto no social no qual estamos inseridos.

O gênero textual aqui analisado é, a nosso ver, um importante instrumento de trabalho para a ação do professor do ensino de Língua Portuguesa com o aluno no contexto escolar do ensino médio, que pode abordar a questão deste tipo textual a partir da prática da leitura e da produção escrita a partir de situações-problemas vivenciados por eles em sua realidade, ou seja, no convívio social.

Com a análise feita nos textos selecionados, comprovamos esse processo peculiar da língua de argumentar, visto que, até mesmo em textos que não são de predominância persuasiva encontramos estratégias argumentativas que atestam a inexistência do mito da neutralidade da língua.

Vale ressaltar ainda que reconhecer que a língua, em qualquer situação discursiva, traz aspectos argumentativos é de grande relevância, não apenas para os estudiosos da área, mas para qualquer cidadão-leitor, já que, saber dos efeitos de sentido que a linguagem produz torna o falante/ouvinte apto a utilizá-la com criticidade, autonomia e criatividade. Nesse sentido, os resultados dos textos produzidos por alunos das escolas públicas na Olimpíada de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro - podem vir a auxiliar outros educadores no ensino-aprendizagem do artigo de opinião para alunos de ensino médio, na medida em que a justaposição pode ser confundida com o desconhecimento do emprego de marcadores argumentativos pelos alunos, dos argumentos utilizados na abordagem de seus posicionamentos em relação aos problemas detectados em cada realidade social a qual eles estão inseridos. Os resultados indicam que o professor, ao trabalhar com a leitura e a produção de texto, possa considerar a coesão por justaposição entre as estratégias argumentativas, tendo em vista que ela incorporou-se ao estilo do gênero.

Aqui, gostaríamos de sugerir, então, estratégias para você trabalhar em sala de aula com aquelas que, a nosso ver, foram as principais dificuldades dos alunos-autores, reveladas na amostra, para escrever um artigo de opinião exemplar, e não um texto apenas opinativo: o recorte de um aspecto de um assunto polêmico, a formulação expressa da polêmica, a utilização de argumentos adequados em quantidade e qualidade, a explicitação e a refutação de contra-argumentos. Trabalhar com a reescrita é uma estratégia didática fundamental para que os alunos ganhem autonomia na produção de seus textos.

Por fim, valeu muito a pena realizar este estudo sobre a produção escrita dos alunos das escolas públicas em quase todos os estados brasileiros, pois nos trouxe uma visão mais ampla das semelhanças e diferenças no grau de compreensão e habilidades sobre a produção temática do gênero textual artigo de opinião. Os resultados obtidos nas produções dos textos na Olimpíada de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro – pelos alunos do 2º e 3º anos finais do ensino médio nos deixa ainda mais otimistas em participar das próximas edições como forma de expressar a veia argumentativa crítica dos discentes em busca de uma melhor qualidade e eficácia na produção nesta tipologia de textos de cunho argumentativo.

Portanto, a produção de texto do gênero artigo de opinião tem sido um ótimo espaço de experiências entre professores e alunos de todo o Brasil através da Olimpíada de Língua Portuguesa – escrevendo o futuro - com resultados positivos no concernente a prática da escrita dentro e fora de sala de aula, pois ao escrever o artigo de opinião, os docentes podem expressar seus conhecimentos adquiridos do uso das estruturas textuais ao mesmo tempo em que eles expressam suas opiniões em relação as suas próprias realidades de suas comunidades nas quais estão inseridos numa situação-problema visando uma solução.

Bibliografia

- CITELLI, Adilson O. *O Texto Argumentativo*. 1^a Ed. São Paulo: SCIPIONE, 2004.
- CITELLI, Adilson O. *Linguagem e persuasão*. 11^a Ed. São Paulo: Ática, 1997.
- GARCIA, Othon M. “*Argumentação*”. In *Comunicação em prosa moderna*. 18^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2000.
- KOCH, Ingredore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 9^a ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- KOCH, Ingredore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2^a Ed. São Paulo. Cortez; 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. “**Gêneros textuais: definição e funcionalidade**”. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.19-36.
- Pontos de Vista: *caderno do professor: orientação para produção de textos/* equipe de produção Egon de Oliveira Rangel, Eliana Gagliardi, Heloísa Amaral]São Paulo: Cenpec, 2010.
- OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA.** *Caderno dos finalistas dos artigos de opinião em 2012*. Disponível em:
<http://www.escrevendoofuturo.org.br/images/stories/publico/noticias/20101201opiniao.pdf>